

Indústria do cimento é dos setores mais comprometidos com as metas climáticas, diz ministro do Ambiente

29 de Março, 2021

“A indústria de uma forma geral está comprometida com a redução das emissões de CO₂. Este é um compromisso que está relacionado com o ambiente, mas, sobretudo, porque a indústria reconhece que este caminho é negócio, onde os clientes estão cada vez mais exigentes com aquilo que é cumprimento das metas ambientais. E se a indústria é dos setores mais comprometidos com esta redução, a indústria do cimento é, dentro do setor industrial, o mais comprometido dos setores”. Quem o diz é **João Pedro Matos Fernandes**, ministro do Ambiente e da Ação Climática, que falou esta segunda-feira, na conferência **“Cimentar o Futuro”**, promovida pela **ATIC** (Associação Técnica da Indústria de Cimento), onde foi dado a conhecer o **“Roteiro da Indústria Cimenteira Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050”**.

Quando, em 2016, o Governo assumiu o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, Matos Fernandes constata que a indústria cimenteira, e a ATIC, em particular, foi das primeiras a responder aos desafios: “atingir a neutralidade carbónica, em Portugal, exige a redução de emissões de cerca de 85% até 2050, começando a contar este valor em 2005 (ano em que atingimos valor máximo das nossas emissões), onde já reduzimos até ao final de 2019 essa emissões em 26%”. E, do roteiro construído, concluiu-se que “é no cenário de maior crescimento económico” que a neutralidade carbónica se torna mais acessível: “No ano de 2019, reduzimos em mais do dobro as nossas emissões, quando comparados com a União Europeia, e a nossa economia cresceu expressivamente mais que essa média da União Europeia”.

É certo que as metas para 2030 são muito ambiciosas, mas Matos Fernandes não tem dúvidas de que são alcançáveis: “Estão alinhadas com o mais recente conhecimento científico, espalhando a urgência de acelerar a descarbonização da economia já nestas décadas”. E, por isso, a “aposta na descarbonização” significa também “uma aposta na inovação, nas novas tecnologias e nas novas formas de produzir e consumir”, destaca o ministro, reconhecendo que a indústria cimenteira tem feito este percurso: “Com o roteiro que hoje apresenta, traça o caminho de futuro, com a clara identificação das tecnologias que podem apoiar esta transformação, mas também com a identificação das condicionantes e dos instrumentos que a podem alavancar”.

Desta forma, atenta Matos Fernandes, os investimentos que hoje se fazem têm que estar alinhados com os objetivos de descarbonização: “Caso contrário, corremos o risco de criar ativos que, muito em breve, estarão desatualizados e obsoletos, limitando a capacidade das empresas atingirem os níveis de descarbonização necessários para cumprir as suas metas atuais e futuras”.

Num contexto de economia circular, Matos Fernandes reconhece que a indústria de cimentos é um *“player importantíssimo”* e *“pode beneficiar de uma maior*

aposta” que, neste caso, “contribui para a descarbonização da indústria”. Além disso, “sabemos que a indústria da construção é aquele que tem a pior eficiência material em toda a economia, isto é, aquele em que é preciso juntar mais quilos de matéria-prima para produzir um euro de valor”, precisa.

Assim, atingir a neutralidade carbónica é um objetivo que deve mobilizar a todos, sendo um desafio para todos e, em particular, para indústria: “Se, por um lado, é a indústria responsável por uma parte expressiva das emissões de gases com efeito de estufa, por outro, cabe à indústria ser o motor da transição necessária para que sejam alcançados os objetivos ambientais e garantir a prosperidade e emprego”. Perante um panorama de aceleração da descarbonização da economia, Matos Fernandes diz que é fundamental assegurar o abandono dos combustíveis fósseis”, sendo que, para esse efeito, é preciso acabar com a sua subsidiação: “O Governo tem vindo progressivamente a eliminar os incentivos perversos. Esta eliminação está em curso, naturalmente, com ritmos distintos e o menos penalizado para já é o gás natural”.

Como nota final, Matos Fernandes indica que a pandemia da Covid-19 trouxe “razões adicionais” para “acelerar a transição” e, ao mesmo tempo, “prosseguir com a renovada ambição” dos objetivos energéticos e climáticos.